

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE MEDIAÇÕES POLÍTICAS E A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL, SEGUNDO I. MÉSZÁROS.¹

Maria Cristina Soares Paniago
Prof^a Doutora do Depto. De Serviço Social
Universidade Federal de Alagoas

Há a possibilidade de se impor restrições ao sistema do capital com o objetivo de, a partir de reformas e outras regulamentações impostas pelos trabalhadores, acumular forças que levem à superação do capitalismo pelo socialismo - superação entendida no sentido da construção de uma sociedade na qual a exploração do trabalho e a apropriação privada (individual ou coletiva) da riqueza social não tenha mais lugar, muito menos a preservação e continuidade das condições necessárias à reprodução do capital? Quais as conseqüências, para a concepção de uma estratégia revolucionária, da resposta negativa a essa questão? A relação Estado-capital, do ponto de vista ontológico, tendo por mediação o controle político do capital, poderia efetivamente possibilitar a superação do capital? Seria compatível com as atuais condições históricas do sistema do capital uma reedição das propostas social-democratas reformistas, mesmo depois do desfecho regressivo da experiência do *Welfare State*? Ainda mais, no caso de uma resposta negativa, estaria eliminada a possibilidade de uma sociabilidade humana para além do capital? Foi esse conjunto de problemas que nos levou a investigar² a obra de I. Mészáros, *Beyond Capital*³, e nos possibilita a fazer, nesse artigo, algumas considerações sobre sua tese a respeito da incontrolabilidade do capital por meio de mediações políticas.

Essas questões, todavia, não foram originalmente colocadas por Mészáros. A problemática da viabilidade de reforma da ordem do capital se converteu na proposta catalisadora dos debates, e ações políticas, no interior da esquerda, no complexo cenário mundial no final do século XX, marcado pela derrota do sistema soviético. O que nos intrigou, a despeito das mutáveis condições históricas, é que, no início de um novo século,

¹ Texto publicado na *Novos Rumos* – n.40 – Instituto Astrogildo Pereira – São Paulo – 2003.

² O presente artigo foi extraído de minha tese de doutoramento em Serviço Social, defendida em dezembro de 2001 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob o título: “A Incontrolabilidade do Ontológica do Capital – um estudo sobre o *Beyond Capital* de István Mészáros”.

³ No momento da realização dessa investigação não havia sido publicada a tradução do *Beyond Capital* pela Editora Boitempo (2002). As referências ao número da página correspondem à edição original em inglês.

novamente nos defrontamos com um reformismo que, embora renovado, aceita o domínio e os limites impostos pelo capital. *Beyond Capital*, a partir de uma reavaliação da experiência revolucionária e da recuperação de algumas das teses fundamentais de Marx, apresenta-se como uma resposta, na forma de uma radical negativa, a todas as concepções - reformistas ou conservadoras - que partem do pressuposto da possibilidade ontológica do controle político do capital.

A incontrollabilidade do capital, conforme o estudo de Mészáros, sempre esteve operante, desde os primórdios do capitalismo, tendo servido de forma vital à capacidade de universalização demonstrada pelo capital, quando superou todas as barreiras e limites da ordem anterior e se constituiu na ordem social mais totalizadora e abrangente da história. Em vista disso, qualquer estratégia de se obter controle sobre o capital, como alternativa presente à suposta falência do projeto revolucionário de superação da ordem social vigente, terá que se defrontar, mesmo que apenas no sentido de alterar suas prioridades impostas pelo processo de valorização, com essa qualidade imanente ao capital e seu inalterável princípio de *causa sui*⁴.

Nesse contexto, a partir da análise desenvolvida por Mészáros, devemos determinar o lugar da política a partir da identificação dos limites impostos pela própria forma de ser desse “modo de controle metabólico social incontrollável”; e não o contrário, a partir do espaço da política e de seu papel criativo e transformador para, então, concebermos uma sua relação revolucionária com a ordem do capital. É fundamental a consideração das determinações ontológicas do capital para a definição do campo de possibilidades de uma práxis humana efetivamente revolucionária, e não o inverso, como fazem algumas das teses que vêm na mera extensão da democracia a todas as esferas da prática social, sem consideração da *ineliminável* subordinação do trabalho como condição para o funcionamento do sistema do capital, o meio de se chegar ao socialismo. O fato de ser um “modo de controle metabólico social incontrollável” não quer dizer, no entanto, que não possa ser superado, ou que inviabilize uma ação humana consciente que se contraponha à sua lógica auto-reprodutiva do capital. Mészáros argumenta exatamente no sentido de que, por se ignorar a base ontológica constitutiva do sistema do capital, as perspectivas políticas daí decorrentes estão fadadas à cooptação ou ao fracasso.

⁴ Tão logo o dinheiro se transforma em capital, como diz Marx, o capital “cria seus próprios pressupostos”, e o que antes eram os “pré-requisitos de seu devir”, possibilitados pela acumulação primitiva, agora se tornam “*resultados de seu próprio ser*”. O capital, a partir daí, adquire um poder autoconstituente, em que a produção de riqueza só adquire sentido se estiver voltada a sua auto-reprodução, enquanto sua própria causa – sua *causa sui*. (Mészáros, 1995:609-610)

Tomemos como referência as cooperativas - propostas de alternativas de produção autônomas autogestionárias (Singer, 2000)⁵ (Bihl,1999)⁶, ou outras experiências que têm como pressuposto, a possível conciliação entre capital e trabalho, as quais, pela mediação de instrumentos políticos, exerceriam o controle sobre o sistema econômico capitalista.(Arbix, 1996) ⁷

As propostas de reforma gradual do sistema do capital, como as que admitem ser possível a coexistência de formas alternativas cooperativadas de produção, de um lado, e a continuidade hegemônica da produção voltada para a autovalorização expandida do capital, de outro, de acordo com a análise desenvolvida por Mészáros, se restringem apenas a uma substituição no título de propriedade das condições produtivas materiais envolvidas, legando aos trabalhadores a função de produtores e proprietários em microcosmos isolados. Conforme o estudo de Mészáros, não se tem como alterar gradativamente o funcionamento do sistema, enquanto não for alterada a base da relação de troca que caracteriza a produção capitalista, em que as necessidades humanas dos produtores não contam e em que os valores de uso encontram-se subordinados aos “imperativos estruturais da própria valorização e reprodução do capital”. A submissão do valor de uso (necessidade) ao valor de troca é muito mais determinante que “a mera relação de propriedade.”(Mészáros,1995:543)

Em uma esfera de produção em que os produtores são os verdadeiros proprietários das condições materiais da produção e do produto resultante da produção em regime de cooperativa não se tem como fugir da relação de troca de mercadorias que sustenta a sobrevivência do sistema e a valorização do capital. Dado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não se tem mais como retornar a um regime absoluto de auto-suficiência com um total isolamento do sistema de trocas de mercadorias dominante e, ao mesmo

⁵ Singer aponta para uma nova forma de organização de empresas, as quais deveriam “se submeter aos princípios do cooperativismo, particularmente da auto-gestão”, que imporiam restrições ao capital, agora sob a propriedade de trabalhadores e consumidores, e inibiriam a concentração do capital através do controle e regulação política por eles exercidos. (Singer, 2000:45-46)

⁶ Também Bihl considera viável subtrair do sistema do capital espaços para produção anticapitalista com base na cooperação e não na competição, com o objetivo de recuperação gradual do controle sobre o processo de produção material pelos trabalhadores. Propõe uma estratégia cujo objetivo “é criar simultaneamente as condições de uma pressão transformadora sobre o capitalismo atual, para modificar suas regras do jogo em um sentido favorável aos trabalhadores, através de uma série de reformas; e as condições de uma ‘ruptura’ revolucionária posterior.” (Bihl,1999:224)

⁷ A experiência das câmaras setoriais na história recente do sindicalismo brasileiro surgiu dentro desse espírito. Conforme estudo de Arbix, a câmara do setor automotivo “conseguiu fundir – ainda que parcialmente – democracia com eficácia econômica”, tendo-se obtido resultados positivos para todos os envolvidos com a instituição de “padrões democráticos de relacionamento entre Estado, capital e trabalho no Brasil.” Inspirado no conceito de “antagonismo convergente”, em que cada participante procura agir sem buscar a destruição do outro, formulado por Francisco de Oliveira, afirma a importância da disposição ao consenso e ao entendimento entre as partes como marcos fundamentais da “natureza inovadora da inclusão dos trabalhadores nas negociações” das políticas industriais e das novas relações de trabalho no setor automobilístico. (Arbix,1996: 17-25)

tempo, apresentá-la como uma alternativa voltada para o futuro. O trabalhador continua a manter como referência a produção concorrente capitalista, e não se tem como evitar que “internaliz[ze] as necessidades e imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, (...) por isso aceita a imposição dos valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades.”(Mészáros,1995:541) “O caráter hierárquico antagonista” que domina o terreno material e político do sistema fundado na subordinação estrutural do trabalho ao capital e os critérios de eficiência econômica permanecem atuantes e levam ao fracasso as tentativas de se estabelecer formas alternativas (cooperativas) de produção no solo material do capital. (Mészáros,1995:635)

Pois os mesmos instrumentos de medição da produtividade, dado o caráter concorrencial presente ao nível do macrocosmo, devem ser acionados. Na medida em que somente se altera a relação de propriedade, a alocação dos recursos tanto humanos como materiais deve estar em conformidade com as vantagens produtivas a serem obtidas pela produção cooperativada diante da concorrência com a produção capitalista. Não nos esqueçamos que tais alternativas de reforma do sistema do capital pressupõem a permanência do mercado e da troca competitiva de mercadorias. Com referência a isso, Mészáros (1995:836) recorre a Rosa de Luxemburg⁸ e sua crítica a Bernstein, quando este alegava haver uma “falta de disciplina” dos trabalhadores nas cooperativas. Para ela, a produção nas cooperativas sofre as mesmas influências do mercado, inclusive no que diz respeito ao fluxo de trabalhadores (absorvidos ou expulsos) na produção. Nessas circunstâncias, diz Luxemburg:

são utilizados todos os métodos que permitem a uma empresa enfrentar seus competidores no mercado. Os trabalhadores que formam uma cooperativa na esfera da produção se confrontam, assim, com a contraditória necessidade de se governarem a si próprios com o absolutismo o mais extremo. São obrigados a assumirem o papel do empresário capitalista contra eles próprios — uma contradição que responde pelo *fracasso das cooperativas de produção* que, ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam se dissolvendo.

Entender todas as implicações que levam ao fracasso das experiências de cooperativas exige um exame mais acurado dos diversos aspectos envolvidos; todavia, a confiança de se poder chegar a uma sociedade emancipada por meio de enclaves de caráter socialista no interior do sistema, em que a dependência estrutural do trabalho ao capital, de acordo com Mészáros, é condição insuperável à auto-reprodução do sistema é,

⁸Rosa Luxemburg. Reform or Revolution ? New York: Pathfinder Press, 1970 (*apud* Mészáros,1995:836)

no mínimo, ingênua. Pois julgar que os produtores possam exercer o controle sobre as cooperativas e, a partir daí, expandir tal iniciativa, derrotando o capitalismo pela “competição pacífica”, é ignorar a compulsão expansiva do capital e sua necessidade vital de homogeneização do processo produtivo voltado para a quantidade e o valor de troca. Sob o sistema do capital, conforme a análise desenvolvida por Mészáros, “não pode haver tal coisa como ‘competição pacífica’, nem mesmo quando uma das partes da competição continua a se iludir de ser isenta dos limites estruturais mutiladores do capital em sua forma historicamente específica.”(Mészáros,1995:421) O mesmo se aplica às propostas de criação de espaços públicos de autonomia, como forma de fugir às determinações arbitrárias do Estado e do mercado contrárias aos interesses dos trabalhadores, e de autonomia das redes de produção que estariam configurando um “novo sistema industrial” na era pós-fordista⁹.

Em se tratando das cooperativas, a propriedade sobre a produção, quando retomada pelos produtores, não lhes assegura imunidade frente às leis que regem a auto-reprodução do capital. Enquanto não se eliminar a dependência estrutural entre o capital e o trabalho tanto no nível do microcosmo quanto no do sistema como um todo e, portanto, a própria relação capital-trabalho, as formas concebidas para se coibir a lógica do capital revelam-se inócuas e mistificadoras. Nesse sentido, como ressalta Mészáros, “fazer predominar as escolhas individuais substantivas e a autonomia local enquanto se mantêm intactas as determinações estruturais antagonistas (*adversarial*) do sistema do capital como um todo”, não vai além do “reino da ficção”. Devemos estar atentos para o fato de que a “ ‘escolha individual’ e [a] ‘autonomia local’ nada significam se as escolhas ‘autônomas’ feitas pelos indivíduos ou grupos de indivíduos, em nível local, forem anuladas pelos imperativos materiais do sistema do capital e pelas diretivas autoritárias de sua estrutura de comando política global”.(Mészáros, 1995:844) O capital é impermeável a qualquer mudança qualitativa que possa questionar sua premissa de *causa sui*; em função disso, “não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação sócio-econômica que venha a restringir sua dinâmica voltada para a expansão.”(Mészáros, 1995:105) Nem mesmo formas de intervenção política que possam contrariar seu fluxo reprodutivo global.

Se Mészáros estiver certo, não seria a substituição do capitalista pelo produtor no comando do processo de produção que pode alterar a natureza autoritária e exploradora do

⁹ Nas redes autônomas de produção (redes de pequenas e média empresas italianas), de acordo com Negri, “as trocas acontecem não entre subordinados, mas entre iguais.” Na relação entre o “aprofundamento do local” - das redes e “sinergias locais do desenvolvimento local” - e o “aumento da produtividade”, não há “nada de mágico (...), nada a mais que a inesgotável produtividade do trabalho livre e a multiplicação de seu valor através da cooperação. Os únicos limites que podemos supor a esse desenvolvimento são de ordem cultural e política”. Para Negri, a autonomia produtiva dos trabalhadores (“o trabalho de cooperação socializado”) já seria realidade, hoje, dentro do capitalismo. (Negri,1999:63,68)

sistema. Mantidas as determinações fundamentais do antigo modo de controle metabólico social, permanecem ativas as condições para a restauração do antigo modo de controle, mesmo que sob outras formas, como se viu nas sociedades pós-capitalistas. Tudo que pode acontecer é a mudança do tipo de personificação do capital, “mas não [na] necessidade por tal personificação.”(Mészáros,1995:493) De acordo com nosso autor, “enquanto o capital mantiver seu poder regulador substantivo sobre o metabolismo social, em qualquer forma que seja, a necessidade de encontrar uma forma de personificação adequada às circunstâncias permanece inseparável do mesmo”. Pois “o capital, enquanto tal, é inerente ao princípio estruturante antagonista (*adversarial*) herdado do processo de trabalho.”(Mészáros,1995:616) Vem no mesmo sentido a indicação, acima reproduzida, de Luxemburg, quando afirma que os trabalhadores envolvidos em um processo de produção em sistema de cooperativa acabam por assumir “o papel do empresário capitalista contra eles próprios”.

O que, para Mészáros, é decisivo considerar, tendo em vista a transformação socialista da ordem do capital, é que não há como reformar pouco a pouco o sistema do capital, simplesmente alterando o título de propriedade ao nível do microcosmo produtivo ou abrindo-se espaços de autonomia nos interstícios do sistema do capital global. Como também não há “possibilidade de ‘emancipação parcial’ e ‘libertação gradual’”, estratégias perseguidas durante décadas pela social-democracia, a qual acabou por ter de “abandonar até seus limitados objetivos reformistas e abraçar, sem reservas, a ‘dinâmica economia de mercado’ do capital”. (Mészáros, 1995:470,205)

Isso porque, sempre segundo Mészáros, a lógica reprodutiva do capital acaba por se impor sobre os desejos subjetivos, não importando se dizem respeito aos capitalistas ou aos trabalhadores, pois o que de fato caracteriza tal modo metabólico de controle é que nenhum sujeito consciente encontra-se no efetivo controle do sistema, senão que toda finalidade reprodutiva deve estar condicionada pela “expansão da grandeza” do valor produzido socialmente. O sistema do capital é genuinamente um “sistema de controle sem sujeito” (*subjectless*). No entanto, como o capital necessita manter o controle sobre o real sujeito da produção, ainda que para isso degrade o trabalho “à condição de objetividade reificada”, tem que fazê-lo subordinar-se a um pseudo-sujeito, qual seja às personificações do capital. A condição absoluta para o funcionamento do capital é poder exercer “comando sobre o trabalho”; para isso, utiliza-se das modalidades de comando as mais diversas, em resposta às mudanças históricas, devendo tal condição permanecer sempre, enquanto existir o capital.(Mészáros,1995:609)

A não percepção da verdadeira natureza ontológica dessa relação entre sujeito e objeto é que alimenta muitas ilusões quanto à mera substituição de uma personificação do

capital por outra, deixando-nos a mercê dos recursos ideológicos utilizados para encobrir a base material da exploração a que é submetido o trabalho.

O fato de Mészáros afirmar ser o sistema do capital um sistema sem sujeito, bem como seu modo de controle social metabólico ser incontrolável pelas pessoas atuantes, não quer dizer que esteja ausente de sua análise a presença do papel ativo do sujeito na história. O que faz questão de apontar é que no sistema atual há uma inversão na relação sujeito/objeto, aparecendo como pseudo-sujeitos as personificações do capital. Essa inversão é apenas a expressão ideológica da necessidade de se manter o exitoso desenvolvimento de um sistema fundado em antagonismos sociais insuperáveis, posto que estruturais. Não basta, portanto, visar à superação dessa mistificação apenas com a substituição das *personificações* do capital pelas *personificações* do trabalho nas formas alternativas cooperativadas de produção, ou através da propagação de aprendizados sociais por meio de experimentalismos institucionais ou da criação de espaços públicos autônomos, pois não se trata de um impedimento à emancipação de natureza gnosiológica que dependa apenas de uma tomada de consciência da subjetividade do trabalho, mas da própria natureza ontológica do sistema de capital, de seu em-si.

O que ele insistentemente faz questão de salientar é que é impossível a liberação do trabalho se nos mantivermos no quadro de referências desse sistema e assim nos restringirmos à manipulação (como o capital faz) de seus efeitos e conseqüências. Pois, historicamente o que temos visto é a degradação e subserviência das políticas democráticas ao capital, e a tentativa de se substituir os pseudo-sujeitos do sistema do capital por outros mais adequados (como o “bom” capitalista ou o burocrata competente) como propõem os social-democratas, mas não só eles. Nenhum desses instrumentos sequer tocaria nas determinações causais do sistema e na sua ineliminável necessidade de separação entre produção e controle. Deixar de tratar as causas como causas, e acreditar suficiente apenas tratar “seus efeitos manipuláveis”, leva a que experiências, aparentemente de longa duração, como o *Welfare State*, vejam comprometidos seus benefícios quando os imperativos de expansão e acumulação do capital assim o exigirem.¹⁰ As causas, “mais cedo ou mais tarde, tendem a reproduzir (...) os efeitos negativos temporariamente ajustados”.(Mészáros,1995:72)

É pela mesma razão que, para Mészáros, um projeto socialista deve “negar o próprio *capital* — na qualidade de inalterável *causa sui* — “e superar sua “causalidade

¹⁰ “O fracasso histórico da social-democracia reformista fornece um testemunho eloqüente da impossibilidade de mudança gradual do sistema (...). “ Do mesmo modo “é inconcebível introduzir as mudanças fundamentais, necessárias para pôr remédio à situação, sem superar o antagonismo estrutural destrutivo (...)” que impera no sistema do capital. (Mészáros,1999a:6)

supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos.” (Mészáros, 1995:72-73) (grifo nosso)

Em Mészáros, a preocupação ontológica é central. A todo o momento em que se refere à inexorabilidade da causalidade totalizadora do capital e da subordinação dos sujeitos a ela, está se referindo à maneira como esses fenômenos *aparecem* para os sujeitos envolvidos. Isso não quer dizer que deixe de reconhecer a força objetiva que estes mesmos fenômenos exercem sobre a realidade, pois trata-se de formas particulares de fetichismo historicamente constritas à apropriação do trabalho excedente, por isso mesmo fundamentais ao funcionamento do sistema do capital. Contudo, não se detém neles ou na sua mera imediaticidade. No estudo do sistema do capital, procura “descobrir suas leis imanentes”¹¹ para desvelar a essência de sua lógica reprodutiva.

Desse modo, conforme vimos no *Beyond Capital (Para Além do Capital*, na edição brasileira) Mészáros não se deixa envolver pelos sucessos do sistema do capital obtidos diante dos modelos “alternativos” historicamente conhecido por Estado do Bem-Estar Social ou experimentados pelos países do antigo bloco soviético, ou, mesmo, pela suposta positividade da globalização e da reestruturação produtiva, considerando-as insuperáveis como fazem a grande maioria dos teóricos atuais. Não se detém na imediaticidade dos acontecimentos históricos. Procede como Marx e Lukács, quando analisa o problema da totalidade, ao estudar em *Beyond Capital* todas as complexas relações do sistema do capital no final do século XX, para só assim poder compreender a realidade objetiva e a efetiva relação entre causalidade e subjetividade. Mészáros demonstra, no decorrer de seu estudo, o que para Lukács é indispensável para a apreensão do real, ou seja, ter por objetivo, “antes de mais nada, determinar o lugar que ocupa o fenômeno que tomara por objeto, no interior da totalidade concreta de que faz objetivamente parte.”(Lukács, 1979:244)

Nesse sentido, quando formula a tese da incontrolabilidade do capital, a partir da análise objetiva de suas leis imanentes ao sistema do capital e de suas formas de manifestações mais imediatas, não negligencia a força da causalidade no modo de controle social metabólico do capital sobre a vida dos homens, pois o real existe independente da consciência humana; nem a considera de maneira mecanicista como a *única* determinação do mundo objetivo. Vale lembrar, aqui, como Lukács resgata o lugar da causalidade: “o materialismo dialético nunca considerou o princípio dogmático da causalidade como a expressão única das correlações e das leis objetivas da realidade”.(Lukács, 1979:244) A ação humana é um elemento indissociável da totalidade (sempre histórica e social), na

¹¹ “O conhecimento da essência só se torna verdadeiramente adequado quando a reflexão chega a descobrir suas leis imanentes”. (Lukács, 1979:231)

medida em que, ainda segundo Lukács, “o movimento da história é a soma de ações humanas”. (Lukács,1979:237)

Para Mészáros “o fato de o capital, como um modo de reprodução sociometabólico, ser incontrolável (...) significa não somente que o capital é irreformável, mas também que não pode compartilhar poder, mesmo em curto prazo, com forças que pretendem transcendê-lo”.(Mészáros,1995:716) Nesse sentido, procura desvelar os nexos causais do sistema do capital como requisito à identificação de um campo da ação humana¹² efetivamente revolucionário, que não seja simplesmente reiterativo de formas variadas de dominação. A análise que faz da causalidade, sem negligenciar a presença ativa da ação humana, tem por objetivo, precisamente, diluir as ilusões reformistas de controle político sobre o capital que têm predominado na esquerda.¹³

Em Mészáros, é o desvelamento das leis imanentes da objetividade do capital que poderá, junto com o amadurecimento de outras condições objetivas, capacitar o sujeito a ultrapassar essa forma transitória e histórica de exploração (pois, construída pelos próprios homens) e superar sua alienação¹⁴ e subordinação frente ao capital. Esse “processo sem sujeito”, segundo a análise por ele desenvolvida, é mais um mecanismo de dominação do capital sobre o agente real da produção (o trabalho), entre tantos outros colocados em operação na consolidação histórica desse modo de produção, sendo articulado ao “papel preponderante que a ideologia dominante pode desempenhar na determinação da orientação de toda a sociedade, impondo com êxito seu discurso até sobre seus adversários

¹² Para Coutinho (1972:214), a teoria “tem sua fonte genético-ontológica precisamente nessa característica do trabalho: a realização do projeto teleológico implica no conhecimento dos nexos causais que ele vai colocar em operação.”

¹³ “A presente ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam adotando uma postura *defensiva*, numa época na qual historicamente viramos uma página importante e deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista que acompanhasse as condições objetivas. Paradoxalmente, os últimos 25 anos [*Beyond Capital* foi publicado em 1995], que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido *histórico* –, também testemunharam uma disposição, maior do que nunca, de muitos marxistas buscarem novas alianças defensivas e se envolverem com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadas. A desorientação em questão não é, pois, de modo algum, simplesmente ideológica. Ao contrário, ela envolve todas as instituições de luta socialista que foram constituídas sob circunstâncias históricas defensivas e por esse motivo perseguem, sob o peso da sua própria inércia, modos de ação que diretamente correspondem ao seu caráter defensivo.”(Mészáros,1995:673)

¹⁴ Esse fenômeno indispensável para a compreensão da relação entre causalidade e subjetividade no sistema capitalista constituiu objeto de profundo estudo de Mészáros no início dos anos 70, quando publicou *Marx:A Teoria da Alienação*. Para ele é indispensável considerar o fenômeno da alienação (no sentido de *Entfremdung*, ou estranhamento) na análise da sociabilidade capitalista, uma vez que o modo de produção do sistema do capital tem seu fundamento ontológico na separação do homem do objeto de seu trabalho e na fetichização das relações humanas, o que se expressa no “ ‘ estranhamento do homem em relação à *natureza* e a *si mesmo* ’ “. (Mészáros, 1981:17)

políticos caso estes, seja por que razão for - (...) -, se deixem apanhar desprevenidos.” (Mészáros, 1996:259)

Exatamente por reconhecer as determinações ontológicas dessa forma histórica de sociabilidade dominada pela lógica do capital, e extrair de suas manifestações fenomênicas, enquanto formas objetivas variáveis dessa dominação (social-democrata, pós-capitalista, globalização “democrática”), o que tem de continuidade e essencial, enquanto “a síntese, a unidade desses elementos”¹⁵, na conservação do modo de ser dessa sociabilidade fundada na exploração do trabalho pelo capital, é que Mészáros aponta, no *Beyond Capital (Para Além do Capital*, na edição brasileira), a incontornabilidade do capital como incontornável nos marcos do sistema do capital e a necessidade de uma superação das estratégias reformistas pela ofensiva socialista. (Quais os elementos constituintes dessa ofensiva socialista e sua adequação às necessidades históricas atuais exigem uma outra investigação a ser realizada no *Beyond Capital*, temas com os quais não pudemos nos ocupar nesse artigo.)

Ao contrário do que muitos poderiam apontar como uma posição fatalista do autor, diante de tal análise radical das impossibilidades de emancipação por meio da ação política reformista (sem a concomitante alteração profunda da base da produção material vital à reprodução do capital), Mészáros recoloca a noção de socialismo, segundo ele abandonada pelos reformistas, como a superação do capital¹⁶ e não a administração de suas disfunções temporárias. É necessária a articulação de um movimento socialista radical que apresente alternativas viáveis “à realidade destrutiva da ordem social do capital em todas as suas formas.”(Mészáros,1995:410)

A longa citação a seguir explicita o lugar que a ação humana ocupa no sistema irreformável e incontornável do capital e a necessidade de se enfrentar as determinações genético-ontológicas do sistema do capital com uma alternativa socialista. Nesse sentido, para Mészáros,

o único modo de controle reprodutivo social que se qualifica como socialista é o que se recusa a submeter as aspirações legítimas dos indivíduos aos imperativos fetichistas de uma ordem causal estruturalmente predeterminada. Em outras palavras, é um modo de reprodução sociometabólica verdadeiramente *aberto* com relação ao *futuro*, já que a determinação de sua *própria estrutura causal* permanece sempre sujeita à alteração pelos membros autônomos da sociedade. Um modo de controle sociometabólico que pode ser estruturalmente alterado pelos indivíduos

¹⁵Ver Lukács (1979:231)

¹⁶ A questão da transição, longamente tratada por Mészáros no *Beyond Capital*, poderá provocar, futuramente, uma outra investigação específica.

diante dos fins conscientemente escolhidos, em lugar de um que lhes impõe, como hoje acontece, uma gama estreita e reificada de fins que emanam diretamente da rede causal preexistente do capital: uma causalidade supostamente inalterável que opera acima das cabeças dos indivíduos. (Mészáros,1995:72-73)

Desvelar as conexões, inter-relações e mediações essenciais do sistema do capital, enfim a “rede causal preexistente do capital”, sem concessões teóricas ao imediatismo político ou ao fetiche do aparente, e desmistificar a transformação dos efeitos em causas são objetivos que orientam a profunda análise teórica elaborada por Mészáros sobre o sistema do capital. É por isto que sua contribuição é enorme, possibilitando a muitos que a história não lhes pareça apenas uma trama artilosa.

BIBLIOGRAFIA

- ARBIX, G. *Uma Aposta no Futuro – Os primeiros anos da câmara setorial da indústria automobilística*. São Paulo: Editora Página Aberta (Scritta), 1996.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1972.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou Marxismo?* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. *Beyond Capital*. London: The Merlin Press, 1995.
- _____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- NEGRI, A. “O Empresário Político”; in COCCO, G., URANI, A. E GALVÃO, A.L. (orgs.). *Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos - o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.
- SINGER, P., MACHADO, J. *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.